



# Globalização produtiva e desindustrialização

## *Globalization and productive deindustrialisation*

DOI: 10.21530/ci.v11n2.2016.365

Jacqueline A. Haffner<sup>1</sup>

Jose Maurício Silvestre<sup>2</sup>

### Resumo

Esse artigo investiga a desindustrialização no Brasil na perspectiva das recentes transformações do capitalismo mundial, em particular a realocação das atividades econômicas. Tais transformações estruturais, desencadeadas pela crise de acumulação nos anos 1970, constituem a base do processo de globalização, que tem possibilitado a realocação espacial da indústria na economia mundial e forçado uma nova divisão internacional do trabalho. O estudo parte da hipótese de que a desindustrialização da economia brasileira não está centrada na sobrevalorização cambial, decorrente da política de estabilização monetária em vigor desde os anos 1990, mas no processo de globalização econômica que acompanha os deslocamentos dos fluxos de capitais produtivos e financeiros na economia mundial desde a década de 1980. Com a liberalização financeira e a abertura comercial no início dos anos 1990, o processo de desindustrialização se aprofunda no Brasil com a integração da economia ao padrão de acumulação dos países avançados. Desde então, o país tem observado a consolidação da vocação primário-exportadora ao lado do processo de desindustrialização, impulsionados pela financeirização da riqueza e redistribuição geográfica da indústria em escala global, de acordo com as condições e prerrogativas de acumulação do capital financeiro.

**Palavras-chave:** Globalização; capitalismo; desindustrialização; indústria; crise.

### Abstract

This article investigates deindustrialization in Brazil in the light of recent transformations of world capitalism, particularly the relocation of economic activities. Such structural changes, triggered by the accumulation crisis in the 1970s, are the basis of the globalization process,

---

1 Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o BRICS (NEBRICS-UFRGS)

2 Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) pelo Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o BRICS (NEBRICS-UFRGS)

Artigo recebido em 17/03/2016 e aprovado em 03/06/2016.





which has enabled the spatial relocation of industry in world economy and forced a new international division of labor. The hypothesis is that the deindustrialization of Brazilian economy is not centered on an overvalued currency; due to the monetary stabilization policy since the 1990s, but in the process of economic globalization that comes with the displacement of productive and financial capital flows in world economy since the 1980s. With financial and trade liberalization in the early 1990s, the deindustrialization process has deepened in Brazil, integrating the economy to the accumulation pattern of advanced countries. Since then, Brazil has experienced the consolidation of primary-export activity along with deindustrialization, a process driven by financialization of wealth and geographical redistribution of industry on a global scale, in accordance with the conditions and prerogatives of financial capital accumulation.

**Keywords:** Globalization; capitalism; deindustrialization; industry; crisis.

## Introdução

Este estudo parte da premissa de que a participação relativa da indústria na estrutura da produção e do emprego de um país só pode ser avaliada corretamente se for compreendida no quadro da nova divisão internacional do trabalho (DIT). Ao enquadrar as estruturas produtivas dos países periféricos aos requisitos da acumulação capitalista dos países avançados, a DIT transforma ambas as dinâmicas (interna e externa) da acumulação do capital industrial. A desindustrialização absoluta não é simplesmente um problema de competitividade industrial, tendo em vista que o fenômeno se manifesta tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista. Quem busca na competitividade a explicação para a desindustrialização absoluta tem de fundamentar o seu argumento na análise das economias mais competitivas do capitalismo, onde o fenômeno inicialmente surgiu e, desde então, tem se consolidado como uma característica das economias avançadas. Assim, para abordar o problema da desindustrialização da economia brasileira, o artigo se propõe analisar as mudanças estruturais da economia brasileira a partir da crise estrutural do capital nos anos 1970 e identificar as raízes do fenômeno na perspectiva do processo de globalização econômica.

Desse modo, sob o pano de fundo da liberalização dos fluxos econômicos e financeiros, resultante das transformações no regime de acumulação capitalista, este artigo investiga como evoluíram as categorias de acumulação do capital industrial, especialmente a partir do rompimento do padrão monetário internacional ao final





da década de 1970, enfatizando os processos de realocação e reestruturação espacial do capital industrial. Tais transformações têm conduzido à busca de vantagens competitivas entre países e regiões mais favoráveis ao desenvolvimento do capital industrial, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento das tecnologias de informação e digitalização das atividades econômicas, que favorecem a concentração e centralização de um conjunto de serviços financeiros, bancários e corporativos nas economias centrais do sistema capitalista.

A explicação desses processos macroeconômicos coincide com a caracterização geral do regime de acumulação capitalista dominante na atualidade, cujo movimento envolve a intensificação do processo de internacionalização produtiva das empresas transnacionais (ETNs), principalmente a partir da década de 1980, através dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), bem como a liberalização financeira e comercial da maioria das economias capitalistas, especialmente da economia brasileira, a partir da década de 1990<sup>3</sup>. Como a estrutura da produção e do emprego doméstico faz parte da DIT, é preciso analisar os desdobramentos das transformações externas na divisão social do trabalho e no eventual processo de desindustrialização da economia brasileira, entendido como um processo de mudança (econômica e social) estrutural (de longo prazo) caracterizado pela redução da atividade (ou capacidade) industrial (especialmente da indústria da manufatura) em determinado país ou região.

O movimento internacional do capital, a partir do núcleo em direção à periferia do sistema capitalista, está intimamente associado, em nossa hipótese de trabalho, ao processo de desindustrialização da economia brasileira, podendo ser assim caracterizado, do ponto de vista do conhecimento, como um problema de economia política internacional (EPI). Uma análise do processo de expansão e reconfiguração espacial e funcional da riqueza capitalista, que depende sobretudo da hegemonia política e econômica da potência dominante e coincide com o processo de globalização e seus desdobramentos, se encontra na teoria da crise estrutural do capital de Mészáros (2009) e do capitalismo patrimonialista de Aglietta (2000), na tese da retomada da hegemonia americana de Tavares (1998) e da crise de “comutação” de Harvey (2010), na teoria da dependência centro e periferia de Arrighi (1998) e Amin (1976), dentre outras abordagens de inspiração marxista. Essa orientação da EPI é a base teórica da pesquisa. Apesar de ser um

---

3 Este artigo enfatiza a relação entre a globalização produtiva e a desindustrialização da economia brasileira. Estudos complementares sobre os efeitos da globalização financeira e comercial na indústria nacional estão sendo publicados separadamente, como partes da pesquisa de doutorado.





conjunto bastante heterogêneo e de não tratar sistematicamente da questão da desindustrialização, o complexo tem uma série de categorias e uma linha de argumentação adequada à proposta original desta investigação. Além disso, estudos transversais de geografia econômica, na medida em que enfatizam os aspectos geográficos das recentes transformações estruturais do capitalismo, e mostram como o processo de globalização tem conduzido à redistribuição internacional das operações das ETNs e a realocação espacial da indústria, também enriquecem a análise e contribuem para o entendimento do fenômeno da desindustrialização nas economias periféricas.

Certamente, o estudo dos problemas de acumulação do capital industrial é oportuno, não apenas em função da importância estratégica da indústria para o desenvolvimento econômico do país, mas devido à resiliência do fenômeno da desindustrialização, que possui a tendência de colocar o Brasil em posição subalterna no quadro da DIT. A disposição de se contrapor teoricamente à atual agenda das relações internacionais pressupõe a possibilidade de uma estratégia de desenvolvimento e uma política industrial soberana e consentânea da política macroeconômica, capaz de reduzir as incertezas que, desde meados da década de 1980, têm acossado o empresariado produtivo nacional.

## **A reconfiguração espacial das estruturas industriais**

A nova DIT não pode ser pensada sem considerar o processo de globalização econômica que tem dominado a economia mundial. Ela se apoia no padrão de estratificação comercial em curso desde os anos 1980. A generalização das políticas de abertura econômica ampliou o comércio intraindustrial e favoreceu a redistribuição global das estruturas industriais. Não podemos imaginar que a globalização produtiva poderia ter ocorrido sem uma ampla liberalização comercial preliminar, que permitisse o êxodo do capital industrial em direção à periferia do sistema capitalista através do comércio internacional de equipamentos e insumos industriais. De fato, a expansão das atividades industriais na periferia do sistema capitalista acabou por realimentar a internacionalização produtiva através da competição global desenfreada de produtos manufaturados em geral. Não por acaso, “antes de comercializar diferentes produtos entre países com diferentes estruturas industriais, cada vez mais os países desenvolvidos comercializam





produtos similares” (HELD et al, 1999, p. 173, trad. nossa)<sup>4</sup>. Trata-se de uma expansão transnacional da indústria de transformação que reforça a dinâmica da competição global e contribui para a evolução dos mercados globalizados.

Sob o comando das ETNs, a globalização produtiva depende progressivamente da liberalização comercial, como condição para a redistribuição da indústria manufatureira e adequação tecnológica entre as economias nacionais. Com a difusão global de certas tecnologias e a emergência de novos produtores no mercado mundial, através da globalização produtiva, o capital industrial tem aprofundado a dinâmica da concorrência intercapitalista. Desse modo, a contínua adaptação estrutural tem se tornado uma característica operacional permanente das economias capitalistas.

O agente central da globalização econômica é a corporação transnacional, a ETN. Desde os anos 1990, quando a internacionalização da produção recebeu seu impulso decisivo após a consolidação do neoliberalismo como força política, principalmente em direção aos países asiáticos, as ETNs já respondiam por aproximadamente 20% a 30% do produto e 70% do comércio mundial, de acordo com Dunning (1993). A atual participação das corporações produtivas transnacionais no produto e no comércio mundiais, nos IDE e na transferência de tecnologia, não tem precedentes na história do capitalismo, como resultado da crescente globalização produtiva. Segundo Hiratuka e Sarti (2011, p. 9), “nas últimas três décadas, os fluxos de IDE cresceram a taxas muito superiores às do comércio internacional que, por sua vez, cresceram a taxas superiores às do produto global, reflexo do intenso processo de internacionalização, especialização, deslocamento e/ou descentralização do processo produtivo global”. De modo geral, um reduzido número de ETNs domina o mercado mundial de *commodities*, uma centena delas tem um papel de liderança no processo de globalização da produção industrial e dos serviços e, segundo informações da UNCTAD (2014), as 100 maiores corporações controlam conjuntamente em torno de 20% das propriedades no estrangeiro, empregam 16.810.000 trabalhadores em todo o mundo e contabilizam quase 30% das vendas externas mundiais de todas as ETNs. Contudo, mais importante do que alcançar 2/3 do comércio mundial, é que 1/3 desse comércio corresponde ao comércio intrafirmas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011). Isso significa que as operações das ETNs

---

4 “Rather than trading different goods between countries with very different industrial structures, increasingly development countries have been trading similar goods.”





estão no centro do processo de globalização econômica. Pois, não apenas as vendas das filiais estrangeiras têm crescido mais rápido do que as exportações mundiais, como tem crescido a participação relativa do comércio intrafirmas, indicando que, gradualmente, desde os anos 1970, a produção das ETNs tem se tornado cada vez mais parte das cadeias de produção transnacionais. Trata-se de uma expansão global da indústria que reforça a dinâmica da competição internacional e impulsiona para o crescimento dos mercados globalizados. Um estudo realizado pela OCDE (1996) concluiu que nos setores *science-based*, como a indústria farmacêutica, predomina o comércio intrafirma, enquanto nos setores intensivos em capital e de economias de escala, como a indústria automobilística e microeletrônica, predomina o comércio intrarregional associado às operações de montagem. A DIT e as restrições para a transferência de tecnologia se manifestam mais claramente nos estratos do comércio internacional de produtos intensivos em recursos naturais e força de trabalho. O comércio intrafirma é insignificante nos produtos intensivos em recursos naturais, onde predominam as transações com produtos homogêneos. Na indústria de vestuário, por sua vez, o comércio internacional pode ser tanto de produtos montados em diferentes lugares (especialização vertical) como também de produtos acabados (especialização horizontal). Ambas as especializações geram fluxos de comércio de natureza intraindustrial, que podem ou não ser fluxos intrafirmas. Assim, o comércio intrafirma e intraindústria tem levado os produtores domésticos a competir diretamente com os produtores estrangeiros do mesmo produto. Sem considerar esse padrão de estratificação comercial, é quase impossível entender a nova DIT e a possibilidade de desenvolvimento de estruturas industriais localizadas.

A redução dos custos do transporte sinaliza que as estruturas produtivas, antes limitadas geograficamente, agora podem ser fragmentadas e distribuídas entre as diferentes regiões do globo. Os avanços na tecnologia de informação, a redução dos custos do comércio internacional e a própria redistribuição global de certas atividades econômicas têm favorecido a especialização em cada segmento da produção industrial e aprofundado a terceirização da manufatura na geografia econômica mundial. Cada vez mais as ETNs podem direcionar segmentos da produção para países com salários reduzidos ou subcontratar empresas locais na Ásia ou na América Latina, de acordo com os seus interesses estratégicos e as condições de exploração nos diferentes locais.

Entretanto, a expansão do comércio internacional, a partir dos anos 1980, não pode ser explicada apenas pela redução dos custos de transporte, pelo progresso







técnico e liberalização do comércio internacional, senão devido às mudanças estruturais do sistema capitalista de produção da riqueza em escala global. O processo de globalização econômica, que envolve países avançados e periféricos, também reflete uma mudança na natureza da produção capitalista e na DIT, que evolui acompanhada de um novo padrão global de estratificação comercial. Apesar de ser (a abertura comercial) uma condição inseparável da nova DIT, ela faz parte de um amplo movimento de internacionalização do capital financeiro, cuja análise ultrapassa os propósitos deste artigo.

## **A industrialização tardia e a forma da divisão internacional do trabalho**

Os problemas da indústria podem ser vistos na perspectiva do movimento da globalização produtiva, no qual o capital industrial intensivo em trabalho se desloca para aquelas regiões com maior disponibilidade de força de trabalho barata, enquanto as regiões com abundância de recursos naturais se voltam para o abastecimento do mercado internacional de *commodities* estratégicas. Com isso, podem ocorrer simultaneamente crises esporádicas de acumulação capitalista na indústria, tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista, menos de acumulação financeira nos grandes centros da economia mundial, sob pena de desestabilização do regime monetário internacional. A prioridade da ordem econômica mundial não é a equalização do capital industrial na economia globalizada, mas a apropriação da riqueza produzida globalmente nos *financial markets*. Desse modo, as transformações na estrutura da produção e do emprego, que representam a divisão social do trabalho do capitalismo patrimonialista, e acompanham a expansão dos serviços, nos remete ao conceito de desindustrialização como um fenômeno ligado essencialmente à globalização econômica e à nova DIT.

A dimensão global da desindustrialização pode ser encontrada na análise da situação objetiva das classes capitalistas nos ramos mais importantes da indústria, as indústrias do petróleo e petroquímica, a indústria metalomecânica e de biotecnologia, no núcleo central do capitalismo mundial – EUA, Europa e Japão, sob a hegemonia norte-americana, considerando o conjunto de informações sobre os fundamentos econômicos dessas sociedades capitalistas. Com essa análise, é possível demonstrar que a forma de distribuição da indústria entre os





diferentes países constitui a atual estrutura capitalista de exploração econômica em escala mundial e, ao mesmo tempo, que a base econômica do fenômeno da desindustrialização não pode ser estudada em separado da globalização econômica.

O declínio do emprego na indústria de transformação, de acordo com Brown e Julius (1994), se deve à nova DIT, na qual as economias avançadas estão abandonando a produção de bens manufaturados e se especializando na produção de serviços. Embora os países ainda estejam consumindo uma grande quantidade de produtos manufaturados, as economias avançadas estão aumentando as importações desses produtos das economias atrasadas e pagando com exportações de serviços sofisticados, bancários, consultorias e outras formas de transferências patrimoniais e especulativas. Essa DIT se baseia na transferência de segmentos industriais intensivos em trabalho dos países centrais para os países periféricos, além de outros ramos que utilizam tecnologias da primeira e da segunda revolução industrial. A migração da indústria de transformação com tecnologia intensiva em trabalho para os países pobres, enquanto os países avançados se especializam na produção de serviços intensivos em capital, faz parte das transformações na DIT que têm conduzido à globalização econômica. Desse modo, a globalização se fez acompanhar de um deslocamento do centro dinâmico e da estrutura da acumulação capitalista no sistema econômico internacional, com a integração de economias periféricas suscetíveis de serem exploradas pelo regime de acumulação financeira na nova ordem econômica mundial.

As ETNs atuam justamente na confluência da crise estrutural do capital e da mudança do paradigma organizacional que, segundo Harvey (2010, p.103), se desdobra num eixo econômico hegemônico (EUA, Europa e Japão) e numa “série em cascata de ordenações espaço-temporais primordialmente nas regiões Leste e Sudeste da Ásia, porém com elementos adicionais na América Latina (em particular Brasil, México e Chile)”. Para o autor, esse movimento de terceirização do capital transnacional ao redor do mundo se abre a duas possibilidades de conclusão. “Na primeira delas, novas ordenações espaço-temporais abrem-se sucessivamente e capitais excedentes são absorvidos em base episódica. Aquilo que chamo de ‘crise de comutação (*switching*)’ tem o efeito de redirecionar fluxos de capital de um espaço para outro. O sistema capitalista permanece relativamente estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorizações parciais ali).” (HARVEY, 2010, p. 103). Na segunda possibilidade, há um acirramento da competição internacional, na medida em que vários centros dinâmicos de acumulação do capital competem







entre si no cenário mundial devido a fortes correntes de sobreacumulação. Esses arranjos produtivos locais, na forma exigida pelo regime de acumulação financeira, implicam em ajustamentos institucionais que aprofundam ou não a divisão social do trabalho no sentido da desindustrialização, dependendo das condições de produção, fundamentalmente das relações de trabalho localizadas.

Sem dúvida, a nova DIT resultante da movimentação do capital industrial na economia mundial tem causado danos consideráveis aos trabalhadores e desenraizado a indústria de muitos países. Por exemplo, com os protestos dos trabalhadores na Ásia e o nível salarial ascendente na China, as ETNs têm intensificado a busca por localizações alternativas, como a Europa Central e Sudeste, criando uma tendência de exploração da força de trabalho nas regiões mais pobres da Europa, de modo a preocupar as autoridades locais. Como observa a deputada alemã Jutta Steinruck (SPD), referindo-se às condições de trabalho semelhantes às da Ásia, na ETN taiwanesa Foxconn em Pardubice, na República Tcheca, fabricante de computadores e *smartphones* para o mercado mundial: “A escravidão moderna não é mais uma raridade em certas empresas e setores da Europa” (BOSEN, 2013). A parte o caráter desumano no ritmo de produção durante a jornada de trabalho de 12 horas ininterruptas, seis dias por semana, os operários tchecos que trabalham na Foxconn recebem cerca de € 550 por mês, incluindo bônus e horas extras, o que equivale a 60% do salário médio pago aos trabalhadores na própria República Tcheca. Embora a ETN informe que acata todas as leis do bloco, pois se define como membro da União Europeia, partes das operações da fábrica são realizadas por trabalhadores itinerantes, em sua maioria da Bulgária, Romênia, Vietnã e Mongólia, o que lhe permite escapar das sanções previstas pelas normas da União Europeia<sup>5</sup>. Apesar da média salarial ser superior à média asiática, há uma infraestrutura adequada e uma proximidade com o mercado consumidor europeu que possibilita à Foxconn uma lucratividade superior nas operações na Europa Central. Além de instalar outras unidades na República Tcheca, a mesma empresa também atua na Eslováquia, onde monta televisores para a Sony. Esse é somente um exemplo, dentre tantos outros, da indústria de eletrônicos, que também tem se deslocado para a região desde meados da década de 1990, como a Flextronics, que monta computadores para a chinesa Lenovo na Hungria e placas de circuitos integrados da marca Celestia

---

5 Um artifício semelhante ao utilizado por muitas firmas internamente no Brasil, que tem levado ao protesto dos trabalhadores contra o projeto de lei 4.330/2004, que regulariza a terceirização no mercado de trabalho.





na Romênia. De modo geral, os países do extinto bloco soviético, que perderam parte considerável da sua indústria ao adotarem a economia de mercado, têm incentivado a instalação de ETNs manufatureiras, através de incentivos fiscais e um engajamento sindical, tradicionalmente controlado pelo Estado, favorável à criação de empregos sob quaisquer circunstâncias e condições de trabalho.

Com as condições cada vez mais favoráveis de organizar transnacionalmente a produção, o poder corporativo das ETNs tem aumentado em relação ao poder sindical dos trabalhadores. Na medida em que reorganizam a produção globalmente, as ETNs modificam a estrutura da produção e do emprego, tanto nas economias avançadas quanto de industrialização tardia, através da transferência de estruturas produtivas tecnologicamente mais ou menos intensivas em trabalho, sendo frequentemente percebidas como verdadeiras armadilhas para os trabalhadores. Com a transferência de tecnologia intensiva em trabalho para países com baixos salários, as ETNs podem criar desemprego nas economias avançadas, assim como podem manter a produtividade do trabalho nos países atrasados, ao manter a tecnologia intensiva em capital nos países com elevados salários, distorcendo a distribuição da renda proveniente da inovação tecnológica entre os trabalhadores no mercado mundial<sup>6</sup> (BOSEN, 2013).

Em algumas indústrias, como tecidos e vestuário, de tecnologia intensiva em trabalho, as ETNs têm operado plataformas de exportação em países onde as condições e custos do trabalho são mais favoráveis ao capital, muitas vezes em arranjos contratuais e alianças estratégicas com firmas locais. Quando não são firmas subcontratadas, ou até mesmo terceirizadas em alguns casos, as condições de trabalho e os salários pagos aos trabalhadores são geralmente inferiores ou comparáveis às firmas domésticas. De modo geral, as ETNs são naturalmente sensíveis aos custos do trabalho, elas expandem as operações em países com baixos salários e reorganizam a produção transnacionalmente em resposta a modificações nos custos do trabalho, que incluem não apenas os salários, mas também os custos do emprego, como as contribuições de seguro social dos trabalhadores (BOSEN, 2013). Entretanto, a competição oligopolista tem aumentado a preocupação das ETNs com a diferença entre a produtividade e os custos do trabalho na realocação das estruturas produtivas. Pois, embora a média salarial nos países de industrialização tardia seja aproximadamente

---

6 Ainda não temos condições de estimar a magnitude de ambas as possibilidades, mas a globalização da produção certamente tem facilitado as prerrogativas das ETNs na divisão internacional do trabalho.





1/3 inferior à média dos países da OCDE, segundo a Organização Mundial do Trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2013), em termos percentuais, a produtividade do trabalho não alcança a metade daquela verificada nos países avançados. Os diferenciais de produtividade são brutais entre as economias avançadas e periféricas, mais ou menos integradas nas cadeias de produção global, e influenciam diretamente na configuração da DIT. Em relação aos EUA, por exemplo, a produtividade do trabalho no Brasil é seis vezes inferior, além de ser inferior à produtividade de mais de oitenta países, inclusive de países de industrialização tardia como a China e a Coreia do Sul, provavelmente causa e efeito da menor integração da economia brasileira nas cadeias globais de produção. Contudo, ainda pairam dúvidas sobre a diferença salarial na determinação da realocação das ETNs. Alguns economistas não se mostram convencidos de que os baixos salários tenham causado a realocação das ETNs estadunidenses para os países periféricos e desemprego na indústria manufatureira nos EUA, enquanto outros atribuem o deslocamento das ETNs para os países periféricos, com a respectiva desindustrialização em determinados segmentos da economia dos EUA, à diferença salarial e aos acréscimos de produtividade. Apesar de não mencionar diretamente a diferença salarial, Harvey (2010) também aponta os arranjos contratuais no estrangeiro e os acréscimos de produtividade da economia americana como as principais causas do desemprego doméstico nos EUA. “Tem-se destacado sobremaneira a transferência de empregos para o exterior e seu impacto no nível de emprego dos Estados Unidos. Mas só 30% dos 2 milhões de empregos perdidos na produção entre 2000 e 2003 se deveram à terceirização no exterior. Cerca de 40% decorreram do aumento da produtividade doméstica, e os 30% restantes se explicam pela recessão.” (HARVEY, 2010, p.180) Em todo caso, se a extensão do desemprego industrial nos países avançados ainda depende de informações adicionais, há pouca dúvida de que a transnacionalização da produção pelas ETNs depende sobretudo da diferença salarial e da produtividade do trabalho entre as economias nacionais.

Além das condições competitivas locais, as ETNs estão criando objetivamente uma nova DIT, através das cadeias globais de produção, certamente para obter vantagens dos baixos custos de produção, em particular dos custos relativos ao trabalho. Para tanto, como geralmente estão na vanguarda da inovação tecnológica, as ETNs requerem do país hospedeiro acesso a tecnologia disponível e trabalhadores especializados, como condição para a organização local de plataformas multinacionais de produção. Do ponto de vista da renda, as ETNs





têm condições de operação e criação de empregos no estrangeiro se a tecnologia pode ser operada por trabalhadores de baixos salários nos países atrasados, enquanto transferem os acréscimos de produtividade do trabalho, decorrentes do avanço tecnológico, para os trabalhadores dos países avançados, através dos preços da produção intermediária e final e outros mecanismos de transferência de riqueza<sup>7</sup>. Nesse sentido, a globalização da produção pode contribuir para ampliar os diferenciais de salários entre trabalhadores especializados e não especializados dentro e entre os países. Pois, a maior produtividade do trabalho implica aumento de salários, embora não represente um acréscimo da massa salarial. O que se observa é justamente o contrário, uma queda da massa

---

7 As controvérsias em torno da transferência de riqueza ainda estão longe de terminar, principalmente entre os teóricos da dependência e do desenvolvimento desigual. Por exemplo, enquanto alguns argumentam que a diferença salarial entre centro e periferia conduz a diferença de preços, Amin (1976) acrescenta que a diferença de produtividade favorece o centro, não sendo os preços, mas as diferenças salariais, que constituem a base da especialização e determinam o sistema internacional de preços que perpetua a desigualdade. De acordo com Amin (1976), devido aos baixos salários no centro, o capitalismo competitivo se caracterizava pela (quase) igualdade nas trocas entre centro e periferia. Os aumentos salariais no centro decorrentes da maior produtividade e a mobilidade do capital criaram as condições das trocas desiguais, provocando o bloqueio do desenvolvimento capitalista e a emergência de uma periferia atrofiada, em parte pré-capitalista. Esse capitalismo periférico se fundamentaria, portanto, no aumento da produtividade no centro e no surgimento das ETNs. O seu desenvolvimento estaria bloqueado pela maior competitividade industrial do centro que, por sua vez, estaria compelindo a periferia a desempenhar o papel de fornecedora de produtos primários. Quando o baixo nível salarial na periferia, resultante dessa distorção na DIT, se igualasse ao nível da produtividade no centro, seria possível um desenvolvimento industrial (limitado) voltado para o mercado interno na periferia, ainda que mantendo a troca desigual (industrialização via substituição de importações). O nível da produtividade e sua evolução em diferentes atividades seriam, portanto, cruciais na determinação dos salários e do sistema internacional de preços, que constituiriam a base da especialização desigual. Contudo, apesar das vantagens comparativas na produção primária (agrícola e mineral), o emprego gerado na periferia não seria suficiente para absorver a oferta de trabalho. Esse desemprego contraria a teoria da especialização internacional (pós-Ricardo), baseada no pleno emprego. Mas, para Amin (1976), o comércio internacional pode causar desemprego quando há mobilidade de capital e a diferença nas produtividades ultrapassar a diferença nos salários, pois a especialização é determinada pelos custos absolutos e não relativos, e a especialização desigual depende da especificidade dos preços que, por sua vez, é baseada na produtividade e, sua evolução, nos diferentes ramos da produção. Brewer (1990), que critica a teoria da dependência de Amin (1976) pela possibilidade de transferência tecnológica, não consegue entender a persistência do diferencial de produtividade entre centro e periferia. Ele lamenta a teoria não ter eliminado a dependência efetiva. Diz ele: se a estrutura de preços do centro pode ser transmitida para a periferia, a taxa de rendimento dos fatores nos diferentes ramos de produção será a mesma, dada a igualdade das condições técnicas; então, se pergunta, por que tecnologia e produtividade não são transferidas junto com o capital para a periferia, dado que a superexploração aparece como superlucros das ETNs produzindo na periferia, ainda que através da troca desigual? Além disso, acrescenta, no capitalismo concorrencial, quando os salários eram baixos e a tecnologia estava em mãos de poucos trabalhadores especializados, havia pouco incentivo para mudança das firmas para a periferia, mas, atualmente, dadas a elevada diferença salarial e a experiência das ETNs na transferência de tecnologia, por que ainda persiste a diferença de produtividade entre centro e periferia? Brewer não entende que a transferência de tecnologia é seletiva, senão não haveria especificidade de preços no comércio internacional. Em todo caso, a teoria da dependência está mais centrada no comércio internacional, e tem uma utilidade restrita no estudo da desindustrialização. Isso não significa que não possa ser explorada teoricamente para a explicação desse tema.





salarial em decorrência do desemprego nas economias onde a produtividade do trabalho é superior. A transferência de empregos de setores intensivos em trabalho, de baixa produtividade e menores salários, para os países atrasados, representa um aumento da massa de salários dos trabalhadores nesses países, e uma composição diferenciada de seus rendimentos em relação aos trabalhadores dos países avançados. Essa possibilidade não significa, de maneira alguma, que a mobilidade das ETNs implica a determinação global dos salários, nem que as forças competitivas globais tenham promovido uma convergência salarial, com base na redução dos custos de realocação das ETNs. Assim como os custos do trabalho não podem ser transferidos, também os salários não podem ser equalizados mundialmente, exceto na ocorrência de uma perfeita integração econômica, mesma produtividade e plenas condições de mobilidade internacional da força de trabalho. Por conseguinte, como a convergência dos salários é improvável, o problema da desindustrialização também não pode ser corretamente abordado nos termos da teoria da dependência, pelo menos do ponto de vista das relações entre capital e trabalho.

## O poder estrutural do capital

A economia ortodoxa argumenta que a produção e a competição globais aumentam a eficiência econômica dos Estados nacionais, desde que as ETNs tenham condições de articular uma DIT capaz de aprofundar a especialização da produção e exploração das vantagens comparativas entre os diferentes países. Contudo, o significado prático, imediato, da liberalização dos mercados para as ETNs individualmente não coincide com o bem-estar coletivo esperado dos IDE, nem mesmo para as próprias ETNs consideradas em seu conjunto. O termo globalização não é uma palavra vazia para as ETNs, mas carregada de significado prático, específico, que desperta imediatamente o *animal spirit* do capitalista individual para as oportunidades (e/ou desafios) particulares ainda inexploradas do “seu” negócio em território estrangeiro. Nesse sentido, as grandes corporações da Europa, Japão e dos Estados Unidos, antes de apoiar os esforços para reduzir as barreiras alfandegárias, têm se concentrado especificamente nas restrições que limitam suas próprias oportunidades de comércio e investimento. A economia heterodoxa tem uma posição mais crítica em relação à atuação das ETNs, ao propor que a globalização econômica implica o crescimento das divergências entre as





prioridades das corporações transnacionais e dos Estados nacionais. Ela argumenta que as atividades das ETNs, nos países periféricos, distorcem as prioridades do desenvolvimento econômico e social, transferem a riqueza produzida pelas filiais ao estrangeiro e restringem a base doméstica do desenvolvimento econômico. Atualmente, uma crítica semelhante tem surgido inclusive nos países centrais, como os Estados Unidos, desde que a globalização da produção e a desindustrialização se tornaram patentes nas economias de industrialização avançada. O argumento usado é que a internacionalização da produção, conduzida pelas ETNs, estaria transferindo empregos e tecnologia para o exterior e, portanto, a base econômica da prosperidade nacional.

Por outro lado, a capacidade das ETNs de organizar a produção globalmente tem sido percebida como um poder estrutural, relativo ao governo e ao trabalho, que compromete a eficácia da política econômica governamental e o desenvolvimento dos Estados nacionais. Com isso, também se observa, desde meados dos anos 1970, problemas de legitimação do capitalismo tardio associados à internacionalização da produção pelas ETNs, cada vez mais difíceis de serem equacionados pelos Estados nacionais individualmente e, ainda mais, pelos países “em desenvolvimento” da periferia do sistema capitalista, que contam com problemas crônicos de desemprego. Nesse sentido, o poder estrutural do capital tem polarizado a riqueza mundial, não obstante o poder político e a legitimidade dos Estados nacionais, que requerem uma breve consideração (ARRIGHI, G.; SILVER, B. J.; BREWER, B. D., 2003).

Existem muitas maneiras de uma cadeia global de produção comprometer a eficácia da política econômica governamental, especialmente se tratando de uma corporação financeira transnacional, ou de outro Estado nacional, pela alteração das relações custo-benefício implícitas na escolha do instrumento de política econômica. Por exemplo, as ETNs podem comprometer a política monetária ao tomar empréstimos internamente para a realização de investimentos externos, frente uma política expansiva de juros reduzidos, para estimular os investimentos domésticos ou, inversamente, captar recursos externamente para a realização de investimentos na economia local, frente uma política restritiva de estabilização monetária, aproveitando-se dos diferenciais nas taxas de juros e das facilidades no trânsito internacional de capitais. Como atores financeiros globais, as ETNs têm um papel significativo também na determinação das taxas de câmbio. Elas podem comprometer a política cambial e, por exemplo, inibir o desenvolvimento de segmentos da indústria doméstica, com maior coeficiente de abertura externa,







ao alterar suas posições no mercado de divisas, como também desencadear um ataque especulativo contra a moeda doméstica, tratando-se de uma ETN do setor financeiro, afetando de maneira irreversível a hierarquia monetária internacional. A mobilidade das ETNs também pode afetar a política fiscal, ao interferir na determinação do perfil tributário dos países, deslocando a base da tributação do capital para fatores mais estáticos como o trabalho. Ademais, as ETNs podem escapar da incidência tributária pela transferência dos lucros ao exterior, para países com uma carga tributária menor, através dos fluxos comerciais de produtos intermediários e empréstimos intercompanhias, que eventualmente compõem os IDE. Nesse sentido, ainda há muitas dificuldades em se definir se o *quantum* da tributação sobre o capital entre os países tem sido mais uma consequência da globalização econômica, dos incentivos fiscais ou de outras concessões tributárias feitas aos IDE; quer dizer, o significado da transferência dos lucros das ETNs ainda não está suficientemente claro, tendo em vista a falta de informações associada à ilegalidade do procedimento. Como podemos observar, a aparente erosão da efetividade dos instrumentos de política econômica é um fenômeno complexo, que reflete inúmeros aspectos da globalização, além de fatores domésticos, que influenciam os custos e benefícios das diferentes opções de política econômica, entre as disponíveis no âmbito da estratégia de desenvolvimento industrial do país. Em todo caso, uma análise dos impactos estruturais da globalização na *performance* das economias nacionais não pode deixar de considerar a questão da relação entre o poder das corporações transnacionais e o poder dos Estados nacionais. Seria preciso analisar com mais detalhes se a existência de ETNs em cadeias de produção globais e regionais tem alterado efetivamente a capacidade dos governos de administrar individualmente a economia nacional (ARRIGHI, G.; SILVER, B. J.; BREWER, B. D., 2003).

Entretanto, antes de considerar se as ETNs estão objetivamente tornando os estados nacionais redundantes, temos que analisar de que modo a globalização da produção tem exposto o poder estrutural do capital. Sem dúvida, a parceria estratégica público-privada potencializa o poder estrutural do capital e redefine as condições de acumulação no sistema econômico internacional. A nova DIT é impensável sem a participação dos Estados nacionais. Ela não é o resultado de um movimento espontâneo das forças de mercado, mas algo induzido pelo estado. Somente através do apoio efetivo do Estado, a nova DIT pode realizar a atual ordem econômica mundial articulada pelas ETNs. Mas a globalização da produção transforma as condições sob as quais a riqueza é criada e distribuída





e, com isso, ela transforma simultaneamente o contexto e os instrumentos pelos quais o poder do Estado e a autoridade pública são exercidos. Nesse aspecto, a globalização da produção mostra um difícil balanço de poder entre os Estados nacionais e as ETNs, onde o papel e as funções dos governos estão ajustando-se constantemente à nova ordem econômica mundial.

O estudo de Arrighi, G.; Silver, B. J.; Brewer, B. D (2003) mostra que, apesar da industrialização das economias periféricas e da convergência industrial entre “primeiro mundo” e “terceiro mundo”, ainda persiste uma divisão internacional da riqueza em favor das economias avançadas. Essa tendência seria “um efeito conjunto da desindustrialização do primeiro mundo e da industrialização do terceiro mundo”, e uma “convergência industrial mais devido à desindustrialização do primeiro mundo do que propriamente à industrialização do terceiro mundo.” (ARRIGHI, G.; SILVER, B. J.; BREWER, B. D., 2003, p. 11). Para os autores, a percepção geral sobre as consequências da globalização econômica tem sido semelhantes, concluindo que tal processo tem polarizado a riqueza mundial e encaminhado uma nova DIT. Até mesmo Held et al (1999), entende que, “a esse respeito, a nova DIT personifica uma polarização da riqueza na economia global e um novo padrão de estratificação”. Com certeza, a globalização econômica tem reescrito, com base na DIT, a dinâmica das relações e da competição internacional.

## **Crises de acumulação e desindustrialização**

A globalização produtiva tem alterado a estrutura da produção e do emprego e marcado com a desindustrialização as economias capitalistas. Esse fenômeno tem acompanhado as condições de acumulação do capital industrial desde a crise estrutural na década de 1970. “O processo histórico de industrialização conheceu seu apogeu, nos países capitalistas avançados, por volta da segunda metade dos anos 60. O peso do emprego industrial já havia terminado, nos países da OCDE, em 1970. Em seguida começou um processo de desindustrialização relativa que, em muitos países, se produziu de forma muito vertiginosa.” (THERBORN, 1998, p. 44) Com exceção da China, o fenômeno atingiu, nas últimas décadas, segundo informações de Bonelli, Pessoa e Matos (2013), praticamente todas as economias capitalistas. É um movimento devastador de postos de trabalho na indústria de transformação em escala global. A desindustrialização atinge praticamente todas as regiões a partir de meados da década de 1980, com exceção da Ásia,





que mantém a participação relativa da indústria nas atividades econômicas até a crise financeira internacional em 2007. O grupo de países da OCDE e da Europa Ocidental lidera a perda de participação da indústria de transformação no produto e no emprego, seguido de perto pela América Latina e África, além dos países da Europa Central, após a extinção da antiga URSS em 1989.

As economias planificadas da Europa Central, que integravam o bloco soviético, tinham, até 1989, a maior participação da indústria no PIB. Em 1970, o grau de industrialização nos trinta países do bloco soviético era elevado, alcançando uma média de 26,9%, principalmente na Romênia (40%), na Polônia (32%), na Hungria (30%) e na Bulgária (28%)<sup>8</sup>. Em 1990, a Rússia tinha 24,3% de participação da indústria no PIB e, no final de 2010, apenas cinco dos trinta países tinham mais de 20%, Turquemenistão (39,8%), Bielorrússia (27,3%), Romênia (22,8%), Uzbequistão (21,6%) e República Tcheca (21,4%). Em conjunto, a perda começa em 1989, com 27,3%, para chegar em 2010 com apenas 15,5% de participação. A diferença entre o valor máximo de 28% (1986) e o valor mínimo de 14,9% (2009) caracteriza um forte processo de desindustrialização nos países do Leste Europeu. O grupo da OCDE, formado por vinte e quatro países, incluindo Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Austrália e Nova Zelândia, também tinha uma participação elevada da indústria no PIB em 1970, principalmente Luxemburgo (36%), Japão (35%) e Alemanha (32%), com uma média de 25,8%, que recua continuamente para 14,4% em 2010. No final de 2010, os países mais industrializados do grupo são Coreia do Sul (28%) e Irlanda (23%), o que também configura uma desindustrialização expressiva.

Nos demais países periféricos, que ainda não haviam completado o processo de industrialização no começo da década de 1980, o recuo da participação da indústria no PIB começa na década seguinte e, por isso, muitos economistas foram cautelosos na conceituação do problema: “Para os países periféricos fora da Ásia registra-se um processo de crescente submissão à nova ordem global, marcado pela regressão industrial e pelo desequilíbrio financeiro estrutural pontuado por crises frequentes.” (TAVARES; MELIN, 1998, p. 56) Na África, apesar do baixo nível de industrialização, a indústria da manufatura também perdeu importância no conjunto das atividades econômicas. Entre os 52 países do continente, os mais industrializados em 1970 eram Moçambique (22%), África do Sul (21%), Zimbábue

---

<sup>8</sup> As informações sobre a desindustrialização no mundo a seguir foram extraídas de Bonelli, Pessoa e Matos (2013, p. 54 em diante).





(20%) e Egito (19%). A participação média do grupo em 1970 era de 13% (1970), subiu levemente para 14% (1988) e manteve-se nesse patamar até 1998, recuando para 10% em 2010, o que também configura um processo de desindustrialização. No Oriente Médio, a situação se caracteriza pela estagnação industrial. Com um baixo índice de industrialização, o grupo de doze países do Oriente Médio tinha uma participação de 10% da indústria no PIB em 1970, recuou para 5% em 1980 e subiu novamente para 10% em 2000, mantendo-se nesse patamar até 2010.

No grupo de trinta países da América Latina, a indústria participava com 21,7% do produto em 1970, em média, sendo a República Dominicana (36%) e a Argentina (35%) os países mais expressivos. Em 2010, a participação média havia recuado para 14,9%, algo semelhante ao que ocorreu no Brasil, que tinha uma média de 33,8% nos anos 1980 e recua para 15,8% em 2010, também configurando um processo de desindustrialização das economias da região. Enquanto isso, no grupo asiático de 22 países, a participação média da indústria no PIB aumentou entre 1970 (20%) e 2010 (27,2%), segundo Bonelli, Pessoa e Matos (2013), contrariando a tendência mundial de desindustrialização. Excluindo a China, a Ásia passou de 13,4% em 1970 para 20% ao final de 2010, uma industrialização puxada em boa parte pelo crescimento econômico chinês, mas também pela diáspora das ETNs japonesas. A China chegou em 2010 com 33,5% de participação industrial, partindo de 29% em 1970, mas tem uma trajetória irregular curiosa. Ela cresce de 29% (1970) para 35% (1978), durante a aproximação com os Estados Unidos e, depois das reformas, recua para 30% (entre 1982 e 1989) e 28% (1990), quando a indústria no resto dos países do Leste Asiático aumentava a sua participação no PIB de 16% (1982) para 20% (1988), mantendo desde então uma participação crescente até atingir 33,5% (2010), um nível superior ao início, mas inferior ao final da década de 1970.

O que ainda depende de uma explicação é a (des)industrialização diferenciada da economia mundial. Em publicação recente, Palma (2012) reforça a hipótese de que a diferença entre o desempenho das economias latino-americanas e asiáticas, desde a década de 1980, está no crescimento industrial. Em sua opinião, a redução dos investimentos privados, a orientação neoliberal das reformas estruturais, a abrupta política de liberalização comercial e financeira correspondente e a suposição das elites locais de que as economias poderiam crescer baseadas na produção de *commodities* e finanças explicam o desastroso crescimento da indústria na América Latina. Por isso, afirma Palma (2012), a taxa de investimento atual na indústria brasileira é inferior àquela praticada no início da década de 1980,





enquanto na Índia e na China as taxas de investimento são respectivamente oito e doze vezes superiores. Com uma história econômica semelhante à brasileira, na Índia, as políticas de inserção econômica internacional têm produzido resultados decepcionantes em termos de industrialização e desenvolvimento. Segundo Marlone (2012), o recente desempenho da indústria indiana é o “resultado da liberalização econômica a partir dos anos 1990, orientada para o mercado externo, com a crescente demanda mundial na área de software e tecnologia da informação” (MALONE, 2012, p. 54). Essa política econômica voltada para as exportações tem conduzido a sérios desequilíbrios internos na Índia, com a grande maioria da população envolvida em atividades agrícolas de baixa produtividade e vivendo na extrema pobreza.

De modo geral, a globalização econômica, para América Latina e Europa, tem diminuído as vantagens competitivas, em favor dos EUA e de alguns países asiáticos emergentes, tem pressionado os orçamentos fiscais e impactado negativamente o emprego industrial e as políticas públicas, sobretudo nas economias de industrialização tardia.

Em suma, a lógica da competitividade que pretende posicionar cada economia nacional na DIT definida pelas ETNs está instalada na economia mundial. Os Estados nacionais estão competindo entre si pelos investimentos estrangeiros com a redução dos gastos sociais e a mercantilização da previdência social. Isso explica porque não há nenhum movimento antiglobalização na China, tendo em vista o incremento da renda anual de US\$ 467 para US\$ 4.300 dos jovens camponeses, que agora trabalham nas fábricas da Nike.

Na América Latina, a sequência dos fluxos de IDE durante os anos 1990, para incorporações de companhias locais privatizadas, em investimentos do tipo *brownfield*, começa pelo México (1990, 1991 e 1992), seguida quase imediatamente pela Argentina (1992 e 1993) e desloca-se posteriormente para o Brasil (1996 e 1997), acompanhando as ondas de privatizações nesses países. A situação da indústria de manufatura do México, cuja economia adotou um processo de liberalização semelhante ao da economia brasileira, no mesmo período em consideração, obteve resultados também semelhantes. Sob o atual modelo de desenvolvimento, o coeficiente de importações da indústria da manufatura passou de 41,2% em 1982 para 105,7% em 2004 (excluindo as maquiadoras) e de 38,4% em 1981 para 213,9% em 2006 (incluindo as maquiadoras), “indicando um forte processo de desindustrialização do país e desnacionalização da planta produtiva” (OSÓRIO, 2010, p. 168). Efetivamente, o programa de reformas liberais e de privatizações não







busca a eficiência do Estado, mas a transferência de ativos e empresas públicas para o controle privado, através das ETNs, cujo resultado é a concentração monopolista da riqueza, sobretudo financeira, e o aumento da vulnerabilidade externa.

No caso do Brasil, entretanto, o IDE tem contribuído pouco para elevar a competitividade da economia, vindo mais em busca dos ganhos de arbitragem derivados dos juros elevados. Apenas para se ter uma noção do problema, nas últimas décadas, apesar do fraco desempenho das economias latino-americanas, estima-se (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA, 2002) que a região transferiu, anualmente, em média, US\$ 60 bilhões de rendimentos ao capital norte-americano aplicado no continente, podendo chegar a US\$ 100 bilhões se considerarmos as transferências ilegais. O Banco Mundial e o FMI consideram que a soma total das transferências, incluindo os rendimentos do capital especulativo e a troca desigual de mercadorias, poderia chegar a US\$ 2,5 trilhões nos anos 1990. Esse volume de transferências é suficiente para explicar, de acordo com Petras e Veltmeyer (2007), o pífio crescimento econômico e o recuo nas décadas seguintes da produção industrial nas economias da região. “Na realidade, o IDE é utilizado frequentemente para a aquisição de recursos naturais lucrativos e exportá-los com pouco ou nenhum valor agregado [...] Um dos efeitos mais nocivos do IDE é reduzir a capacidade de produção doméstica e aumentar a dependência das importações estrangeiras.”<sup>9</sup> (PETRAS; VELTMEYER, 2007, p. 126, trad. nossa)

Com a liberalização comercial e financeira, em 1991, o Brasil se tornou o último país emergente a entrar na “ciranda financeira global”, mediante a sobrevalorização cambial e o endividamento externo. De acordo com Tavares (2002), ao entrar de forma subordinada no quadro financeiro global, o Brasil se tornou prisioneiro de uma armadilha financeira externa e interna, que se reflete na amarração da política de câmbio e de juros, cujo resultado é uma queda das exportações industriais e uma economia cada vez mais dependente das oscilações dos mercados internacionais. Frente a essa “nova dependência”, os benefícios do IDE para agregar valor aos produtos industrializados, bem como para aumentar a competitividade das exportações, têm sido amplamente questionados. Os países periféricos precisam restaurar os aparelhos de intervenção do Estado e redefinir os objetivos nacionais de longo prazo, para orientar as prioridades de investimento e as políticas econômica, social e de inserção internacional.

---

9 "In fact, FDI is often used to buy up lucrative natural resources and export them with little or no value added. (...) One of the most noxious effects of foreign investment is reduced domestic production capacity and increased dependence on foreign imports."







O atual regime de acumulação implica que as decisões de um grupo restrito de firmas e ETNs do setor financeiro têm por objetivo, não a conquista de novos mercados, mas a maximização de ganhos patrimoniais e especulativos. A ilusão de que a economia pode crescer independente do que acontece com os investimentos produtivos e a apropriação do progresso técnico proporcionou à América Latina uma expansão dos ativos financeiros cinco ou seis vezes superiores ao crescimento do PIB, apenas entre 2002 e 2007. O abandono da política industrial na América Latina tem recolocado as finanças, apoiadas no endividamento público, e as *commodities* no centro da acumulação capitalista, uma situação nada comparável ao industrialismo observado no Leste Asiático.

Portanto, a análise sugere que a desindustrialização das economias capitalistas em geral é menos o resultado do desenvolvimento das forças produtivas sociais do que da necessidade de superar a crise estrutural do capital, através da instauração do capitalismo financeiro, patrimonialista e mundializado. A atual DIT não é o resultado do progresso técnico industrial das economias de industrialização avançada, como sugere o argumento de que é o aumento da produtividade do trabalho que tem levado à desindustrialização das economias centrais, do mesmo modo que não é o avanço tecnológico da indústria que tem levado à expansão do mercado mundial e à globalização econômica, mas os problemas da acumulação capitalista, essencialmente ligados às condições de produção, a partir da crise estrutural do capital, que induziram a redistribuição geográfica da indústria mundial e a nova DIT. Por isso, tem-se mostrado extremamente complexo e difícil compreender o processo de desindustrialização de maneira isolada, por assim dizer, como um fenômeno nacional, sem considerar os impactos da globalização econômica na estrutura da produção e do emprego das economias nacionais.

## Conclusões

O estudo buscou mostrar que na base do fenômeno da desindustrialização se encontra o conjunto de transformações estruturais do capitalismo, decorrentes da crise de acumulação do capital nos anos 1970, como a terceirização e a realocação das atividades econômicas, que impulsionaram o processo de globalização econômica a partir dos anos 1980. Esse processo de mudanças estruturais tem induzido simultaneamente a nova DIT, através da industrialização e desindustrialização das economias capitalistas, tanto centrais quanto periféricas,





a partir do influxo de IDE, de acordo com os interesses estratégicos das ETNs e dos Estados nacionais.

Por outro lado, o movimento internacional de capital produtivo, financeiro e comercial não apenas tem condicionado o acesso dos bancos e da indústria nacional ao mercado financeiro internacional, como também regulado a capacidade dos Estados nacionais de estabelecer políticas macroeconômicas de juros e câmbio mais favoráveis à diversificação e modernização da indústria e, conseqüentemente, definido também as condições de apropriação dos benefícios da DIT, enquanto reverte, simultaneamente, do capital industrial disperso pela economia mundial, uma massa crescente de capital monetário para empréstimos e especulação a partir das instituições financeiras centrais do capitalismo. É a globalização financeira sobreposta à transnacionalização produtiva que tem impulsionado a política de desregulamentação cambial e financeira dos EUA e seus parceiros e submetido a economia mundial à lógica financeira. Com a liberalização e desregulamentação dos mercados, o capitalismo tem ampliado o conflito entre valorização produtiva e financeira em escala global, ao mesmo tempo em que configura a nova divisão internacional do trabalho.

Não se trata de um processo espontâneo das forças de mercado, mas, sim, induzido, com objetivo de financiar a dívida pública externa dos Estados Unidos. Esse padrão de acumulação financeira, tanto nas atividades tradicionais da indústria, de produção de mercadorias tangíveis, quanto nas atividades do setor de serviços, associadas ou não à indústria de transformação, de produção de mercadorias intangíveis, tem subordinado a indústria de transformação ao controle do capital portador de juros e levado à desindustrialização de maior parte da economia mundial, ao mesmo tempo em que pode levar à industrialização das regiões periféricas onde as relações entre trabalho e capital são mais favoráveis à acumulação produtiva.

A questão da deterioração do parque industrial brasileiro depende, portanto, de um enfoque mais abrangente, especialmente um que associe o fenômeno da desindustrialização aos investimentos produtivos, tendo em vista os problemas da acumulação capitalista em escala global. Os problemas da indústria brasileira estão essencialmente ligados às transformações estruturais do capitalismo e, por isso, devem ser investigados como resultado das relações internacionais, como a globalização produtiva e financeira, *locus* privilegiado da desindustrialização. Quer dizer, os problemas da indústria precisam ser vistos inicialmente na perspectiva do movimento da globalização produtiva, no qual o capital industrial intensivo





em trabalho se desloca para aquelas regiões com maior disponibilidade de força de trabalho barata, enquanto as regiões com abundância de recursos naturais se voltam para o abastecimento do mercado internacional de *commodities* estratégicas. Nesse sentido, a prioridade da nova ordem econômica mundial não é a equalização do capital industrial na economia globalizada, mas a apropriação da riqueza que o mesmo é capaz de produzir, independente de lugar, e nas condições do capitalismo patrimonialista, pela concentração dos títulos de propriedade nos *financial markets* centrais. Precisamente, a categoria central na determinação do conceito de desindustrialização não está tanto na análise do movimento de internacionalização produtiva, quanto no regime de acumulação financeira associado ao processo de globalização econômica. Por trás do fenômeno da desindustrialização, na maioria das economias capitalistas, se encontra a forma da DIT comandada pelos EUA, cujo instrumento de realização é a globalização econômica.

Enfim, as recentes transformações estruturais do capitalismo apontam para um novo padrão de acumulação e uma nova divisão internacional e social do trabalho em escala global, cuja dinâmica da acumulação está ligada essencialmente à crise estrutural do capitalismo. Em suma, a nova “ordem” econômica mundial, articulada para reforçar a hegemonia norte-americana, tem reforçado o papel das finanças e simultaneamente agravado as dificuldades do capital industrial na acumulação capitalista. Com base na globalização econômica, os Estados Unidos têm imposto aos seus parceiros um regime de acumulação claramente desfavorável à indústria de transformação e condicionado uma competição internacional que induz as ETNs do setor produtivo a buscar condições mais vantajosas na periferia do sistema capitalista, ocasionando desindustrialização aqui e industrialização lá.

## Referências

- AGLIETTA, M.. *Macroeconomia financeira*. Quito-Ecuador: Abya-Yala. 2000.
- AMIN, S. *Unequal development*. An essay on the social formations of peripheral capitalism. New York: Monthly Review Press. 1976.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. 1998.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J.; BREWER, B. D. Industrial convergence, globalization and the persistence of the north-south divide. *Studies in Comparative International Development*, New York. 2003. Disponível em: < <http://sites.jmu.edu/benbrewer/files/2011/01/SCID-Article.pdf> > . Acesso em: 21/04/2013.





- BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S.. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (Orgs.) *O futuro da indústria no Brasil. Desindustrialização em debate*. São Paulo: Civilização Brasileira. 2013.
- BOSEN, R. Reportagem Críticas a Foxtron. Publicada na *Deutsche Welle* em 02/10/2013. Disponível em: < <http://www.dw.de/den%3%BAncia-de-abusos-tamb%3%A9m-na-europa-eleva-cr%3%ADticas-%3%A0-foxconn/a-17130765> > . Acesso em: 04/10/2013.
- BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism*. London: Routledge & Kegan. 1900
- BROWN, R.; JULIUS, D.. Is manufacturing still special in world order? In: O'BRIEN, R. (Org.) *Finance and the international economy*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- DUNNING, J. H. *The globalization of business: the challenge of the 1990s*. New York: Routledge. 1993.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola. 2010.
- HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, G. *Global transformations: politics, economics and culture*. Stanford, CA: Stanford University Press. 1999.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente. *Texto para discussão*, nº 1610. Brasília: IPEA. 2011.
- MALONE, D. M. *Does the elephant dance?* Oxford/USA. 2012.
- MÈSZARÓS, I.. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo. 2009.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Economic outlook*. 1996. Disponível em: < <http://www.oecd.org/economy/economicoutlook.htm> > . Acesso em 27/12/2014.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Economic outlook*. 2011. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5kg9p39lrwnn.pdf?expires=1462739052&id=id&accname=guest&checksum=801CF293C623D0D189675C1A4B44B0A3>. Acesso em 08/05/2016.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Wages and equitable growth. *Global Wage Report 2012-2013*. 2013. Geneva: International Labour Office. Disponível em: < [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_194843.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_194843.pdf) > . Acesso em 27/12/2014.
- OSORIO, M. C. R.. *Abertura comercial y crecimiento econômico*. México: UMA. 2010.
- PALMA, J. G. Is Brazil's recent growth acceleration the world's most overrated boom? In: *The rise of the south and new paths of development in the 21st century*. UNCTAD, *Background Paper*, nº 3, Cambridge University. 2012.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Multinationals on trials*. Ashgate e-book. 2007.
- TAVARES, M. da C. Globalização e estado nacional. In: GAMBINA, J. (Org.). *La globalización económico-financiera: su impacto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 23-38. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/gambina/gambina.html> > .





TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: FIORI, J. L. e TAVARES, M. da C. Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 27-53.

THERBORN, G. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

UNCTAD. *Handbook of statistics 2014*. Genebra: UNCTAD, 2014. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdstat39\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdstat39_en.pdf)> . Acesso em: 15 jun. 2015.

